

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.356.928 - GO (2018/0226220-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : MARIA DIVINA DE ABREU BASTOS
ADVOGADO : SEBASTIAO FREIRE DA SILVA FILHO - GO017325
AGRAVADO : PATRICIA PEREIRA DA SILVA CESARIO
AGRAVADO : EVERTON CARLOS CESARIO
ADVOGADO : WALKYRIA WICTOWICZ DA SILVA E OUTRO(S) - GO015218

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALHAS NAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA CESÁRIO (PATRÍCIA PEREIRA) e EVERTON CARLOS CESÁRIO (EVERTON CARLOS) interpuseram agravo de instrumento contra decisão que, nos autos da ação de Embargos de Terceiros ajuizada contra MARIA DIVINA DE ABREU BASTOS (MARIA DIVINA), indeferiu a liminar que pretende cessar a decisão que determinou a reintegração de posse do imóvel objeto da demanda.

O Tribunal de origem deu provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. BEM IMÓVEL. POSSE SUFICIENTEMENTE COMPROVADA. RESTITUIÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE. LIMINAR INDEFERIDA EM PRIMEIRO GRAU. DECISÃO REFORMADA. 1. Os embargos de terceiro são o instrumento jurídico hábil à defesa da posse, em caso de constrição judicial. 2. Suficientemente provada a posse justa do bem pelos agravantes, deve ser deferida, em sede de liminar, a reintegração provisória da posse em seu favor, ainda que se trate de imóvel sobre o qual a agravada tenha tido seus direitos possessórios reconhecidos por meio de decisão judicial anterior, proferida no ano 2000, uma vez que a recorrida ficou inerte por mais de dez anos (sem executar a decisão), possibilitando a mudança do contexto fático sobre a posse do imóvel. Agravo de instrumento provido. (e-STJ fls. 978)

Os embargos de declaração interpostos foram rejeitados. (e-STJ fls. 1024)

Inconformada, MARIA DIVINA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando, em síntese, que deve ser cassada a decisão do agravo de instrumento que deu provimento a posse provisória aos recorridos. Apresentou as razões dos recursos interpostos anteriormente e seus julgados.

O apelo nobre não foi admitido em virtude da incidência da Súmula 284 do STF.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, MARIA DIVINA sustentou que **(a)** houve usurpação de competência; **(b)** não há necessidade de indicar artigos, apenas a interpretação da Lei Federal, e **(c)** demonstrou a divergência jurisprudencial. (e-STJ fls. 1124)

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 1136/1145).

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

Da reintegração de posse

Verifica-se nas razões do especial, que a recorrente não apresentou no recurso especial, de forma clara e precisa, argumentos que demonstram as supostas violações legais, bem como não houve indicação dos artigos da legislação federal que teriam sido efetivamente violados.

Tais deficiências nas razões recursais, atraem a incidência do teor da Súmula nº 284, do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A propósito, vejamos os precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL. MAGISTÉRIO. CONTAGEM DE TEMPO EM QUE LABOROU FORA DA SALA DE AULA, COMO "RESPONSÁVEL POR SECRETARIA DE ESCOLA" E "SECRETÁRIA DE 1º GRAU", PARA FINS DE APOSENTADORIA E OUTROS BENEFÍCIOS. ALEGADA

VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. ART. 40, § 5º, DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO, NA VIA ELEITA. VIOLAÇÃO À LEI 11.301/2006. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO, PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. [...].

II. [...].

III. [...].

IV. [...].

V. No que diz respeito à Lei 11.301/2006, segundo a jurisprudência do STJ, "a admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos artigos de lei federal supostamente violados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses dispositivos ou a eles tenha dado interpretação divergente da adotada por outro Tribunal, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF" (STJ, AgRg no AREsp 457.771/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/04/2014). No caso, tendo a parte recorrente deixado de indicar, de forma clara e precisa, qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, não há como afastar, no ponto, o óbice contido na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

VI. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 832.649/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, julgado em 17/5/2016, DJe 25/5/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA E REEXAME DE PROVA. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. INVIABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.

1. [...].

2. [...]

3. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando o recurso especial deixa de indicar de modo preciso como teria ocorrido a violação legal. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. A divergência jurisprudencial, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos julgados que configurem o dissídio, a evidenciar a

similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, o que não restou evidenciado na espécie.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 594.366/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira turma, julgado em 19/5/2016, DJe 27/5/2016 - sem destaque no original)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. INCIDÊNCIA DAS SUMULAS 284/STF E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. [...].

2. A alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de forma precisa o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Incidência da Súmula 284-STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 856.473/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 24/5/2016, DJe 01/6/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

1. [...].

2. [...].

*3. O recurso especial possui **fundamentação vinculada**, no qual o efeito devolutivo opera-se somente nos termos do que foi impugnado.*

*Dessa forma, **deve o causídico indicar expressamente os dispositivos legais tidos por vulnerados**, realizando uma digressão lógica e analítica dos fundamentos pelos quais acredita que a legislação federal infraconstitucional restou malferida, **sob pena de incidência do óbice contido na Súmula 284 do STF.***

4. A falta de impugnação no recurso especial a todos os fundamentos do acórdão recorrido, atrai, por analogia, a aplicação do enunciado 283 da Súmula do STF.

5. Inviável o conhecimento de teses que foram suscitadas apenas

*em agravo regimental, por constituir efetiva inovação recursal.
Precedentes.*

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 546.398/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 12/5/2015, DJe 19/5/2015 - sem destaque no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator